ATA DA REUNIÃO DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, às dez horas e trinta minutos, na no auditório da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, reuniram-se o Presidente do Consórcio e Prefeito do Município de Pouso Redondo, Jocelino Amâncio, Ademar Dalfovo, Prefeito do Município de Taió, Maria Luiza Kestring Liebsch, Prefeita do Município de Mirim Doce, Valdemiro Avi, Prefeito do Município de Laurentino, Agostinho Senem, Secretário Executivo, Gabriel Murara, Engenheiro Sanitário da Amavi, Jean Senem, Engenheiro Sanitário da ARIS, para apreciarem e deliberarem sobre assuntos de interesse do Consórcio. Iniciando a reunião, o Presidente concedeu a palavra ao Secretário Executivo Agostinho Senem que fez breve explanação sobre o Termo de Referência elaborado pela equipe técnica da Amavi para elaboração do projeto executivo da gestão dos resíduos sólidos domésticos que foi apresentado a algumas universidades, estando presentes os seguintes representantes do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas – IPAT da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC: Clóvis Norberto Savi, Gerente; Euclides Magri, Administrativo/Financeiro; Vilson Paganini Beletfini, Coordenador de Cartografia e Geoprocessamento; Sérgio Luciano Golatto, Coordenador de Projetos Ambientais. Na sequência o Presidente explicou as tratativas com representantes do Governo Federal para a busca de recursos para execução do projeto. Os representantes da UNESC apresentaram questionamentos técnicos acerca do Termo de Referência, que foi explicado pelo Secretário Executivo, Prefeitos e técnicos presentes. O Sr. Euclides apresenta a ideia de que a UNESC elabore o projeto de modo integral, utilizando suas competências internas e buscando as parcerias que forem necessárias, visto que a fragmentação em projetos individuais por especialidade poderá prejudicar o resultado geral da projeto final. Esclarecem portanto a necessidade de subcontratações, privilegiando quando possível profissionais da região do Consórcio. Expuseram ainda o entendimento de que o projeto é bastante complexo e que não têm condições de apresentar orçamento para a elaboração do projeto total, propõem um trabalho gradativo, elaborado por etapas. O Engenheiro Sanitário da ARIS sugeriu que o projeto seja simplificado, deixando para outro momento o desenvolvimento de propostas para soluções de aproveitamento dos resíduos coletados, que poderiam inicialmente ser entregues à iniciativa privada. Foi proposto pelos representantes da UNESC a elaboração de dois orçamentos, um para elaboração do Plano de Trabalho inicial para garantia de fornecimento de recursos e outro para elaboração do projeto final. Aventou-

se a possibilidade de uma reunião no Ministério das Cidades para verificação das exigências mínimas a constarem do projeto para busca dos recursos. A Prefeita Maria Luíza sugere que o projeto inicial deve ser encaminhado como ponto de partida para o alcance do objetivo, levantando a necessidade de revisão de alguns planos de saneamento municipais no que se refere ao planejamento dos resíduos sólidos. Foram definidos entre os presentes os seguintes encaminhamentos: agendar-se-á reunião com o Secretário Nacional de Saneamento para verificação dos itens que podem ser financiados pelo Governo Federal e dos itens necessários que deverão constar do Plano de Trabalho/Projeto para captação de recursos, posteriormente serão definidos demais aspectos de uma possível e futura cooperação entre o Consórcio e a Unesc, paralelamente a Unesc se compromete a elaborar orçamento para elaboração do Plano de Trabalho inicial. O Presidente sugere uma reunião inicialmente com a equipe técnica do Ministério e posteriormente com o Secretário Nacional de Saneamento, com o que concordaram os presentes. Na sequência o Presidente agradeceu a presença dos representantes da Unesc, os quais ausentaram-se posteriormente. Na sequência o Secretário Executivo expôs a necessidade de o Consórcio fazer a contabilidade pública, por ser um ente público, indicando o contador do Município de Trombudo Central para responsabilizar-se pela contabilidade do CIM-AMAVI, já que possui experiência na área por atualmente assessorar o CIS-AMAVI, com o que os prefeitos presentes concordaram. Ato contínuo o Secretário Executivo expôs a necessidade de elaborar projeto para captar recursos para aquisição de caminhões e equipamentos para coleta dos resíduos sólidos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Consórcio agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu Kleide Maria Tenffen Fiamoncini, Assessora Jurídica, lavrei a presente ata.